



Rua Florbela Espanca
1700-195 Lisboa

Conselho Nacional de
Educação

tel.: +351 217 935 245
fax: +351 217 979 093
www.cnedu.pt
cnedu@mail.telepac.pt

Comissão Coordenadora do CNE

Relato da reunião realizada em 3 de Julho de 2008, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Ponto de situação relativo ao Estudo, Seminário e Projecto de Parecer sobre “A Educação das Crianças dos 0-12 Anos”;
3. Actividades das Comissões Especializadas Permanentes;
4. Estudos e Seminários a promover pelo Conselho;
5. Outros assuntos.

Estiveram presentes os conselheiros Joaquim Azevedo, Jorge Carvalhal, Maria Emília Brederode, Odete Valente, o Presidente e o Secretário-Geral do Conselho.

O Secretário-Geral fez o ponto de situação das publicações em carteira do CNE: encontram-se no prelo os livros “Audições Públicas do CNE” e actas do Seminário da ACAPO; estão ainda a aguardar comunicações dos autores os livros de actas dos seminários “Escola, Família e Comunidade”, “Autonomia das Escolas” e “Sessão comemorativa dos 20 Anos do CNE”; os registos da Conferência da EUNEC “Learning outcomes” e do seminário “Governo e gestão das escolas” serão disponibilizados *online*.

O Presidente informou ter estado presente na apresentação do relatório da OCDE sobre o ensino superior, que teve lugar no ISCTE, e ter participado numa reunião em Leiria sobre o sistema de graus instituído no âmbito do Processo de Bolonha, onde se reflectiu sobre a desvalorização do grau de Mestre. As conversações com a FCG e Prof^a Glória Ramalho para a elaboração de um estudo comparativo sobre os resultados do PISA estão a decorrer. No mês de Abril teve dois encontros com o Secretário de Estado da Educação Jorge Pedreira, a propósito da crise sobre avaliação docente, e realizou uma reunião com o Prof. David Rodrigues sobre as questões controversas da educação especial. Participou na reunião do Fórum para Liberdade de Educação sobre a reforma da educação na Suécia e na conferência da EUNEC em Madrid, bem como na campanha promovida pela CONFAP “Tempo para a família na escola”. Foi convidado pela Assembleia da República a participar na audição sobre “Violência nas escolas”, onde apresentou uma exposição sobre o tema. A convite da F. Herbert visitou duas escolas primárias em Inglaterra com programas de monitorização contínua das questões da disciplina. Finalmente, recebeu uma carta do bastonário da Ordem dos Engenheiros



queixando-se de a Ordem não ter sido convidada a participar no seminário “O Processo de Bolonha e os seus Desenvolvimentos” e também o Prof. António Ponces de Carvalho, presidente da Associação de Jardins-escola João de Deus, manifestou o seu desagrado por não ter sido envolvido no seminário “Organização do trabalho escolar no 1º ciclo do ensino básico”.

Passando ao ponto 2 da OT, o Presidente quis saber a opinião dos conselheiros presentes sobre o modo como se desenrolou todo o processo. A conselheira Maria Emília Brederode considerou interessante a metodologia de aprofundamento da temática da educação das crianças dos 0-12 anos, designadamente a realização do estudo, o seminário que se seguiu e, agora, o trabalho de preparação de um parecer. Apesar de ser possível relevar muitos aspectos consensuais sobre as mudanças a realizar, na sua opinião não foi ainda feito o levantamento dos obstáculos que continuam a dificultar essas mudanças. Sobre a intencionalidade educativa no período dos 0-3 anos não existem dúvidas, mas falta saber se será de antecipar a idade de início do jardim de infância para os 2 anos, como acontece em França, ou adoptar outro enquadramento. Também relativamente às transições, principalmente entre o 1º e 2º ciclos, embora as estatísticas mostrem existir dificuldades, o estudo não aponta soluções, não equaciona as potencialidades das EBIs, por exemplo. A reflexão sobre o currículo e sobre os professores que devem intervir nestes níveis de ensino não foi também devidamente aprofundada. Para a conselheira Odete Valente, o estudo não é tanto um trabalho de investigação mas mais uma reflexão sobre a problemática geral, pelo que não é possível extrair dele medidas concretas. A ausência de dados empíricos sobre a situação actual, nomeadamente sobre o 1º ciclo onde existem problemas graves de desregulação do currículo, retira assertividade ao estudo. Na opinião do conselheiro Jorge Carvalhal, o país tem falta de pensamento sobre esta problemática e este processo liderado pelo CNE tem o mérito de iniciar o debate necessário a arrumar ideias e abrir um novo ciclo. Para o conselheiro Joaquim Azevedo, o método utilizado pelo CNE para abordar a temática foi bom, mas importa focá-lo mais nesta fase final de elaboração do parecer.

Em síntese, o Presidente considerou que o CNE não tem condições para entrar na operacionalização das medidas. O seu papel é o de apontar questões, levantar problemas e, desse modo, ser um estímulo à formulação de políticas.

Passando ao ponto 3 da OT, a conselheira Odete Valente deu conta dos trabalhos da 1ª Comissão, centrados na análise da situação do 1º ciclo. O seminário realizado “Organização do trabalho escolar no 1º ciclo do ensino básico” foi muito útil, mas continuam a faltar dados que só poderão ser recolhidos no terreno para ter um retrato do que se passa no país. Na sua opinião, dever-se-ia seguir um seminário sobre as questões do 2º ciclo. Sobre os trabalhos da 2ª Comissão, o conselheiro Joaquim Azevedo informou ter sido dada prioridade à análise do lançamento dos cursos profissionais nas escolas secundárias, para o que está a ser feita uma auscultação indirecta através da recolha de opiniões dos conselhos executivos das escolas. Na ausência do coordenador da 3ª Comissão, conselheiro Xavier Viegas, o Presidente referiu a realização do seminário sobre o Processo de Bolonha e informou que a FCG irá realizar em Março do próximo ano um encontro sobre os 10 anos de Bolonha. A próxima fase de trabalhos será, assim, de follow-up das reformas introduzidas no ensino superior. A 4ª Comissão, coordenada pela conselheira Maria Emília Brederode, tem continuado o seu plano de acompanhamento do programa Novas Oportunidades com audições a personalidades e visitas a instituições. A partir de 27 de Outubro terão início as jornadas mensais com instituições culturais, associações e media para debate do papel da educação não formal no

enriquecimento da sociedade. A 5ª Comissão não tem presentemente coordenação. Quanto aos trabalhos da 6ª Comissão, o conselheiro Jorge Carvalhal informou terem-se realizado duas reuniões, onde esteve presente a maioria dos membros da Comissão, e verifica-se que o modelo de avaliação dos manuais escolares previsto na lei não está a ser aplicado. Na sua opinião, a questão dos manuais escolares deixou de estar na agenda, pelo que colocou à consideração dos presentes a utilidade de realizar um seminário sobre a matéria ou avançar com a elaboração de um parecer sobre a situação. O Presidente considerou que se poderia avançar com a realização de um *workshop* de balanço

No ponto 4 da OT, o Presidente sistematizou as próximas iniciativas do Conselho. O estudo sobre os resultados do PISA, coordenado pela Profª Glória Ramalho, já tem a equipa de trabalho constituída. O seminário sobre a educação não-formal deve avançar com a possibilidade de participações externas, e a temática dos manuais escolares deve ser abordada num *workshop*. Em colaboração com o Prof. João Barroso ir-se-á realizar um seminário, em Outubro, sobre Conhecimento Científico e Decisão Política em Educação, onde deverão participar os Prof. António Nóvoa e Licínio Lima.

Não havendo mais nada a tratar, foi dada por terminada a reunião.